

Cursos de Administração Pública e Relações Internacionais e Diplomacia

Regulamento de Avaliação do Trabalho de Conclusão da Licenciatura e da Dissertação de Mestrado

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(ARTIGO 1)

(PRINCÍPIOS GERAIS)

1.O acto culminante, por que se confere o grau de Licenciatura ou de Mestrado em uma das especialidades oferecidas pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), consiste, respectivamente, na defesa, no oitavo semestre , do Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL) e no quarto semestre da Dissertação de Mestrado (DM).

2.O TCL e a DM resultam de um estudo científico retrospectivo, de um tema único e bem delimitado, com o objectivo de reunir, analisar interpretar o acervo teórico-conceptual relativo ao objecto de estudo. Devem evidenciar o conhecimento da literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato.

3. O TCL deve ser apresentado sob a forma de uma monografia, com 45 a 50 páginas, ao nível da Licenciatura, e 60 a 80 páginas para a obtenção do grau académico de mestre, a contar da introdução até à conclusão, excluindo as referências bibliográficas.

ARTIGO 2

(OBJECTIVOS)

1. A avaliação de TCL e de DM ocorre após a conclusão das disciplinas curriculares e tem como objectivos aferir capacidades, nos níveis de :

a) **Conhecimento e compreensão** : identificar aspectos principais do processo de desenvolvimento e mudança em sociedades e o modo como estes processos inter-agem, nos níveis local e global; expressar esse conhecimento através de conceitos relevantes de ciências sociais e de apresentar uma perspectiva crítica a respeito de questões em debates, conceitos e teorias, na área de especialização;

b)Mobilizar, a partir do conjunto de disciplinas da especialidade, conceitos e ferramentas teóricas, de forma coerente, para a prossecução de objectivos justificáveis, do ponto de vista académico;

2) Habilidades em investigação

a)Ser capaz de seleccionar instrumentos relevantes para a recolha, interpretação e avaliação da informação sobre os processos de desenvolvimento e o seu impacto, a partir da variedade de recursos relevantes;

b)Efectuar estudos de caso e análises políticas.

c)Ser capaz de aplicar o conhecimento de maneira criativa, na análise de situações concretas, contribuindo para a identificação de melhores decisões políticas destinadas a reduzir problemas de estratégias desequilibradas de desenvolvimento;

d)Ter habilidades de comunicar e defender os resultados da pesquisa e a metodologia utilizada para o alcance dos mesmos, junto de uma audiência diversificada, desde docentes/pesquisadores, formuladores de políticas públicas e gestores de Organizações Não-Governamentais e demais segmentos sociais.

3)Atitudes : as atitudes manifestam os seguintes valores: espírito de autonomia no trabalho e independência de espírito; interesse, participação e abertura aos diversos modos de pensar e de abordar problemas de desenvolvimento.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO TCL E DM

ARTIGO 3

(DEFINIÇÃO)

1.A estrutura do TCL e da DM consiste de elementos pré-textuais, elementos do texto e elementos pós-textuais.

2. A secção de elementos pré-textuais são o conjunto de referências que, figurando das primeiras páginas, definem a identidade e o vínculo institucional dos intervenientes do TCL ou DM, o título e o grau académico pretendido, o âmbito do estudo, a cidade e a data onde ocorre a defesa.

3. A secção de elementos do texto é formada pelo capítulo da introdução, capítulos, subcapítulos subsequentes e pela conclusão, que constituem o texto principal do TCL ou da DM.

4. A secção de elementos pós-textuais é constituída, por um lado, pela subsecção da bibliografia e, por outro, pela subsecção de apêndices, nomeadamente as cópias de instrumentos de pesquisa, questionários, roteiros de entrevistas, fotografias, mapas e ilustrações e o glossário com a definição dos conceitos problemáticos.

CAPÍTULO III

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

ARTIGO 4

(COMPOSIÇÃO)

1. A secção de elementos pré-textuais é, sucessivamente, composta pelas páginas de capa, de declaração de autoria, termo de responsabilização do candidato e do supervisor, índice, agradecimentos, dedicatória, lista de abreviaturas e/acrónimos, lista de tabelas, gráficos e mapas, e pela página de sumário executivo.

2. Na página de título indica-se a designação da Instituição, Instituto Superior de Relações Internacionais, o título e subtítulo do trabalho e o grau académico pretendido, o nome do candidato, o nome do supervisor e do respectivo títulos académicos, a cidade e a data em que ocorrerá a defesa.

3. A declaração da autoria regista-se em página única, a seguir à página de capa, devendo o autor apôs a sua assinatura:

“Eu, Albertina Mondlane, ou Horácio Matusse, declaro, por minha honra, que o presente trabalho é da minha autoria e que nunca foi anteriormente apresentado para avaliação em alguma Instituição de Ensino Superior, Nacional ou de outro País”.

4. Na página relativa ao Termo de Responsabilização do candidato e do supervisor escreve-se:

a) Tratando-se de Trabalhos de Conclusão da Licenciatura: “Trabalho a ser submetido ao Instituto Superior de Relações Internacionais como cumprimento parcial dos requisitos necessários para a conclusão do grau de licenciatura em Administração Pública/ou Relações Internacionais e Diplomacia”, seguida pelas assinaturas dos proponentes (candidato e supervisor); ou

b) Tratando-se de Dissertação de Mestrado : «Dissertação a ser submetida ao Instituto Superior de Relações internacionais como cumprimento parcial dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Estudos de Desenvolvimento com a especialização em ou Finanças Públicas ou Administração Territorial/Política Externa ou Comércio e Finanças internacionais», seguida pelas assinaturas dos proponentes (candidato e supervisor).

5. No índice, procede-se à listagem, de forma lógica e tópica :

- a) No topo da página do índice, agradecimentos, dedicatória, lista de abreviaturas, lista de tabelas e sumário executivo e respectivas páginas em números romanos;
- b) Em segundo lugar, registam-se os títulos, subtítulos e a parte do texto concernente à conclusão, que constituem a estrutura do TCL ou da DM, devendo-se indicar as páginas em que se apresentam em números árabes.
- c) Elementos pós-textuais: a bibliografia e os anexos, com as respectivas páginas em números árabes.

CAPÍTULO IV DA SECÇÃO DE ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

ARTIGO 5

(AGRADECIMENTOS, DEDICATÓRIA, LISTA DE ABREVIATURAS E SUMÁRIO EXECUTIVO)

- 1. Agradecimentos :** Os trabalhos de investigação, para serem bem sucedidos, não prescindem do concurso de instituições e pessoas singulares. Deve-se, em reconhecimento do seu apoio multiforme, manifestar-lhes os agradecimentos em página própria.
- 2. Dedicatória :** A dedicatória, a ser apresentada em página única, manifesta um vínculo individual, no plano emocional e afectivo, do autor do TCL ou da DM, relativamente a entes queridos (Pais, Esposa/a, Filhos, etc.), agradecendo-lhes pelo seu contributo especial para a realização do seu ideal.
- 3. Lista de Abreviaturas :** Havendo a necessidade de economia de texto, o autor do TCL ou do DM pode recorrer à utilização abreviaturas e acrónimos. Estes deverão ser indicados, em página própria, por ordem alfabética, com a menção do respectivo significado.
- 4. Lista de tabelas, gráficos e mapas :** O conjunto de tabelas ou quadros, gráficos, mapas utilizados como elementos de ilustração ao longo do texto devem ser

identificadas, sob a forma numérica segundo a ordem de apresentação e correspondendo-o ao respectivo título.

5.Sumário executivo ou Resumo : Consiste na apresentação, em poucas palavras, em página única, do objecto e dos objectivos da investigação, métodos utilizados e das conclusões. O texto que se segue exemplifica uma forma de como se redigir o resumo:

Este trabalho avalia os factores de dinâmica multidimensional das relações entre a África do Sul e Moçambique, na perspectiva da identificação de obstáculos à integração regional, no período entre 1992 e 2008. Os dados compilados foram obtidos a partir da revisão da literatura sobre este objecto, de inquéritos, entrevistas, da observação e participação em aulas e seminários. Não obstante as abordagens optimistas, o trabalho associa os obstáculos ao êxito deste processo ao facto de existir por parte de ambos os Estados a desigualdade de capacidades de mobilização de recursos e a percepção de diferentes perspectivas de razão de Estado.

CAPÍTULO V DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 6

(COMPOSIÇÃO E NÚMERO DE PÁGINAS)

1. A introdução, os capítulos, subcapítulos e a conclusão estruturam o texto principal do TCL ou da DM.
2. O TCL deve ter 45 a 50 páginas, a contar da introdução até à conclusão, excluindo as páginas de referências bibliográficas e de anexos.
3. A DM deve ter entre 60 a 80 páginas, a contar da introdução à conclusão, exceptuando as páginas relativas a referências bibliográficas e as de anexos.

CAPÍTULO VI

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 7

(FORMAS DE APRESENTAÇÃO : FONTE PARA TÍTULOS, SUBTÍTULOS, CITAÇÕES TEXTUAIS, NOTAS DE RODAPÉ E ESPAÇOS ENTRE LINHAS)

1. Os textos dos TCL e das DM devem ser escritos em Word, devendo-se utilizar a fonte Times New Roman. Os títulos e os subtítulos, a serem destacados em negrito, devem ser registados em carácter nº 12 .
2. Os títulos devem ser em letras maiúsculas e em negrito e enumerados em algarismos árabes; os subtítulos devem ser escritos com letras iniciais maiúsculas e as restantes em caracteres normais e em negrito, antecedidos, como ilustra o quadro abaixo, de respectiva enumeração em números árabes.

CAP. 1. O MUNDO GLOBALIZADO
1.1 O Caso da África Subsahariana
1.1.1 Moçambique no Contexto Africano

- 3.O título/subtítulo e o primeiro parágrafo do texto são separados por três espaços de 1,5.
- 4.O texto dos diferentes capítulos deve ser escrito em fonte Times New Roman, carácter nº 12, respeitando-se o espaçamento de 1,5 entre as alíneas.
- 5) Os parágrafos são separados por dois espaços de linha.

CAPÍTULO VII

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 8

(FORMA DE APRESENTAÇÃO : ORTOGRAFIA, LINGUAGEM, ESTRUTURA FRÁSICA, PALAVRAS PADRONIZADAS)

- 1.Os TCL e as DM devem ser escritos em língua portuguesa, sem erros ortográficos e em registo de língua cuidado e argumentativo. As frases devem ser curtas e estruturadas de forma lógica.
- 2.Ocorrendo a utilização de expressões por empréstimo de outras línguas, nacionais ou estrangeiras, deve-se registá-las em itálico, seguidas de respectiva tradução entre parêntesis. Quando repetidas nas vezes subsequentes, prescinde-se da tradução.
- 3.As expressões em latim, como as de ad hoc, ex-officio, lato sensu, sic, ipso facto, etc., ou em outras línguas, como raison d'état, não são traduzidas. Estas expressões devem ser escritas em itálico.
- 4.As palavras do texto devem ser escritas em letras minúsculas, com exceção as do princípio dos parágrafos e das frases internas nos parágrafos, e em alguns títulos.
- 5.As letras maiúsculas são usadas para os nomes próprios.
- 6.Os conceitos científicos utilizados no TCL e na DM devem ser do conhecimento do respectivo autor. Havendo dúvidas sobre o significado dos mesmos, estes devem ser objecto de consulta em dicionário da especialidade, para que sejam citados convenientemente.

CAPÍTULO VIII

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 9

(FORMAS DE APRESENTAÇÃO: SIGLAS, CITAÇÕES TEXTUAIS, TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS)

- 1.Havendo necessidade de recurso a uma abreviatura ou sigla, esta deve ser precedida de explicação do seu significado, como o ilustra o exemplo seguinte: Organização das Nações

Unidas (ONU). Quando empregue de maneira recorrente, a mesma abreviatura não carece de detalhamento.

2. As citações textuais longas no texto devem ser escritas sob a fonte *Times New Roman*, carácter nº 11.

3. As tabelas ou quadros, gráficos ou mapas que aparecem no texto devem ser enumeradas em algarismos árabes e tituladas, em fonte *Times New Roman*, carácter 11, indicando-se, no fundo, a respectiva fonte.

4. A referência numérica e o título concernentes a tabelas, quadros, gráficos ou mapas, devem, sucessivamente, ser alistados depois da lista de abreviaturas usadas no TCL ou na DM.

CAPÍTULO IX DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 10

(FORMAS DE APRESENTAÇÃO: NUMERAÇÃO DE CAPÍTULOS)

1. Os TCL e as DM são compostas por diferentes capítulos e sub-capítulos. Identificados pelos respectivos títulos, estes devem ser objecto de enumeração, ou em algarismos árabes, ou romanos, não devendo, estes, ser objecto de utilização simultânea.

CAPÍTULO X DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 11

(FORMAS DE APRESENTAÇÃO: NOTAS DE RODAPÉ E DE FIM DE TEXTO)

1. Uma obra não lida pelo autor do TCL ou da DM deve ser referenciada em nota de rodapé ou de fim do texto.

2. As notas de rodapé, ou de fim de texto, constituem um recurso para não se cortar no texto o fluxo da frase, indicando, regra geral, um pensamento, uma ideia ou afirmação, para explicar, complementar, etc., os posicionamentos expostos no texto.

3. As notas de rodapé, ou de fim de texto, servem, ainda, para indicar a obra citada, mas não lida pelo autor do trabalho.

4. A citação da citação, com a referência da nota dentro dos parênteses, serve, como se pode notar pelos exemplos 1, 2, 3 e 4, para indicar a origem das fontes não lidas.

• Calhoum (1994, citado por Castells 1997/1999: 8¹), propõe quando a explicação é a emergência da identidade política que ...

• Castells (1997/1999:8 citando Calhoum 1994²), propõe quando a explicação é emergência da identidade política que....

• Calhoum (1994³) citado por Castells (1997/1999:8), propõe quando a explicação é emergência da identidade política que....

• Castells (1997/1999:8) citando Calhoum (1994⁴), propõe quando a explicação é emergência da identidade política que....

5. As notas de rodapé devem ser escritas em fonte Times New Roman, caracter nº 10.

6. As notas de rodapé não devem exceder três a quatro linhas.

7. As notas podem, ainda, apresentar o texto original quando uma citação usada no texto foi traduzida de uma língua para a outra.

8. Posicionamento das notas de rodapé : As notas devem seguir-se umas às outras, em ordem numérica, e aparecem, ou no fim da página (chamada nota/s de rodapé), ou no fim do texto (nota/s de fim de texto).

9. O posicionamento das notas, no rodapé ou no fim do texto, depende da opção do autor, devendo observá-la de forma constante. A primeira opção facilita ao leitor identificar a referência de utilizada; a segunda opção facilita o trabalho do autor, ao proporcionar-lhe um espaço maior de manobra para pequenos reparos, principalmente, quando não tem acesso a um meio electrónico de processamento de dados, como o computador.

1. Calhoum,, C. (ed.) (1994) *Social Theory and the Politics of Identity*. Blackwell: Oxford.

2. Calhoum,, C. (ed.) (1994) *Social Theory and the Politics of Identity*. Blackwell: Oxford.

3. Calhoum, C. (ed.) (1994) *Social Theory and the Politics of Identity*. Blackwell: Oxford.

4. Calhoum, C. (ed.) (1994) *Social Theory and the Politics of Identity*. Blackwell: Oxford.

CAPÍTULO XI

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 12

(FORMAS DE APRESENTAÇÃO :REALCE DE CONCEITOS E DE EXTRACTOS NO TEXTO)

1. Recorre-se, para este efeito, ao **negrito**, para se destacar palavras, expressões, frase/s ou parágrafo/s.

2. As caixas podem ser usadas:

- a) Para realçar o extracto de um texto, por se revelar importante como recurso para a ilustração;
- b) Para destacar o extracto de um texto, rescrevendo na margem, sem, no entanto, extraí-lo do conjunto textual.

3. As caixas devem ser apresentadas no princípio do trabalho, abaixo de tabelas ou quadros, gráficos ou mapas.

CAPÍTULO XII

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 13

(PESQUISA E INTER-ACÇÃO COM AS FONTES)

1. A pesquisa conducente à elaboração do TCL ou da DM é um exercício de interacção entre o sujeito do conhecimento e as fontes, que deve ser traduzido pela assumpção de formas correctas de citação das fontes e de enquadramento das referências delas extraídas.

2. Todas os elementos de um texto oral, escrito ou iconográfico, que traduzam uma ideia, ilustração, pensamento, comentário, sugestão, etc., de outra pessoa, sendo usadas no trabalho científico, de forma textual ou não, devem merecer a referência da fonte, indicando-se o respectivo autor.

3. A omissão da autoria de uma ideia, conceito, dados ilustrativos de uma explicação é, do ponto de vista da ética académica, incorrecta, passível, noutros países, de um processo judicial.

4.A citação no texto do trabalho de pesquisa está ligada a uma ideia, pensamento, comentário, etc., de um autor, a que se recorre como contributo para o desenvolvimento do próprio pensamento, como complemento ou ilustração ao que se pensa ou se quer expor, ou ainda, como argumento para a problematização.

CAPÍTULO XIII DA SECÇÃO DE ELEMENTOS DO TEXTO

ARTIGO 14

(PESQUISA E INTER-ACÇÃO COM AS FONTES : MODELOS DE CITAÇÃO)

1. Citação textual e posterior indicação da fonte

A citação textual ocorre quando o pesquisador faz a reprodução fiel do texto tal como se encontra na fonte. Ela deve ser registada no texto sempre entre aspas, seguida da indicação da fonte, pelo apelido do autor, ano da obra e página/s da citação em questão. O autor lido é indicado nas referências, conforme se ilustra abaixo :

... Apesar da existência do mercado globalizado como o estágio actual do desenvolvimento das sociedades e dos Estados, ou talvez mesmo por isto, a desigualdade, discriminação e intolerância com base na diferença étnica, mostra ser um cartão cada vez mais usado no mundo ao não existir equidade na maioria das sociedades pluriétnicas, e não somente no continente Africano. Ainda que “na teoria da modernização a identidade étnica pertença aos obstáculos tradicionais ao desenvolvimento, o que deveria desaparecer com o curso deste desenvolvimento” (Hettne: 1996: 15).

2. Citação textual precedida do nome do autor

Segundo Diogo (2002:13) “a legitimidade de qualquer governo depende, mais do que qualquer coisa, da garantia dos direitos humanos básicos.”

3.Citação textual longa :Quando a citação textual é longa e perfaz um todo, ela pode ser apresentada no texto como um parágrafo por si, sem aspas. Pode ser também apresentada numa margem interna ao texto com a primeira letra da citação entre parênteses rectos como nas palavras de Friedman (1992: 34) abaixo.

[U]m desenvolvimento alternativo não nega a necessidade de um contínuo crescimento numa economia mundial dinâmica. Seria absurdo tentar substituir um desenvolvimento centrado na produção por outro centrado no povo, ou reduzir as questões de desenvolvimento às microestruturas dos agregados familiares e da localidade. O que ele

busca é uma mudança nas estratégias nacionais através de uma política de democracia inclusiva, crescimento económico apropriado, igualdade de género, e sustentabilidade ou equidade inter-generacional. Em suma, um desenvolvimento alternativo incorpora uma dimensão política (democracia inclusiva) como um dos seus fins principais de acção⁵.

4. Para citações textuais longas, q ISRI adopta o modelo de tabular uma vez para o interior do texto, ou seja, apresentar o parágrafo com uma margem interna ao texto. E reduzir toda a citação para o caracter com tamanho 11, como o exemplo abaixo.

5. Caso a citação usada no texto seja em língua estrangeira, como é o caso acima, ela deve ser traduzida para aparecer no texto na língua escrita do trabalho, devendo-se registar o conteúdo fonte em língua original para se evitar ambiguidade ou dúvida no teor da tradução.

5. Citações não-textuais : palavras, ideia, pensamento, etc., de um autor :

a) Na citação não textual, o texto não é transcrito na sua íntegra. O pesquisador faz a interpretação do texto usando as suas próprias palavras.

b) O uso, de forma não textual, da ideia de outro autor, deve ser indicada sem aspas, com o nome do/s autor/es indicado/s pelo/s apelido/s, ano da obra e página/s. Veja o exemplo abaixo onde aparece a citação não textual :

Tal legitimidade ao Estado é dada pelo princípio do absolutismo territorial, a territorialidade (Taylor 1999: 69-70), que foi uma tentativa de criar a ordem na Europa a partir do caos religioso que se fez no século XVI, com o alastramento do Protestantismo. O princípio do cuius regio e jus religio foi adoptado então, que compelia a população de um território para o credo do seu Príncipe. Este princípio foi primeiramente evocado com a Paz de Augsburg em 1555, para fazer frente à expansão do Protestantismo nos territórios do Sagrado Império Romano, e foi consolidando-se gradualmente, através da Europa. O Tratado de Westphalia de 1648 selou e cunha o estado-nação como o actor privilegiado nas relações internacionais.

5. [A]n alternative development does not negate the need for continued growth in a dynamic world economy. It would be absurd to attempt to substitute a people-centered for a production-centered development, or to reduce all development questions to the microstructures of household and locality. What it does do is to seek a change in the existing national strategies through a politics of inclusive democracy, appropriate economic growth, gender equality, and sustainability or inter-generational equity. In short, an alternative development incorporates a political dimension (inclusive democracy) as one of its principal ends of action (Friedman 1992: 34).

6.A Citação da Citação

- a) A citação de citação significa que o autor lido usou a ideia de outro autor, e que esta é pertinente para o trabalho que está a ser realizado.
- b) Neste caso, o autor lido é indicado no texto, pela referência do ano da obra e a página da referência, e faz-se figurar o mesmo na bibliografia, no fim do trabalho, como obra lida.
- c) O autor citado, mas não lido pelo autor do trabalho, deve-se fazer constar na nota de rodapé, como o modelo de referência/s acima indicado (art.14.1).
- d) A citação aparece no texto como o ilustra o exemplo abaixo.

A identidade construída pela resistência é “gerada por actores que estão em posição/condição de desvalorização e/ou estigmatizados pela lógica da dominação [do “outro”], construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência na base dos princípios diferentes ou opostos daqueles que permeiam as instituições da sociedade” (Castells 1997/1999: 8). Como Calhoum (1994: 17, citado por Castells Ibid.⁶) propõe quando a explicação é a emergência da identidade política: o tipo de identidade que leva à formação de comunidades na formulação de Etzioni (1993, citado por Castells Ibid.: 9⁷).

- 7. A citação pode, por vezes, ser cortada em qualquer lugar sem prejuízo do sentido, devendo-se, neste caso, usar os parêntesis rectos [...], como indicado acima. Este subterfúgio pode também ser usado para complementar a citação que, por vezes, pede uma preposição ou conjunção, para conferir mais sentido ao novo texto. O exemplo abaixo ilustra o que se quer explicar, num texto em Inglês.

The situation of conflicts in Africa may apparently, at times, have little to do with local facts, presented as left over of the Cold War reflecting “a power vacuum which is typical of transition periods in world affairs” (Kaldor 1999: 3). However, when examining closer, even if manipulated from the outside “the goals of the new wars are about identity politics [meaning] the claim to power on the basis of a particular identity [...] on the basis of labels [that can be] ‘reinvented’ in the context of the corrosion of other sources of political legitimacy. (Ibid.: 6-7).

6. Calhoum, C. (ed.) (1994), *Social Theory and the Politics of Identity*, Blackwell: Oxford.

7. Etzioni A. (1993), *The Spirit of Community: Rights, Responsibilities, and the Communitarian Agenda*, Knopf: New York.

8.Citação em Cadeia no Texto, do Autor da mesma Obra : as partículas ibidem e idem e opus cit.

- a) Quando o autor de uma obra é citado mais de uma vez e em seguida, utiliza-se, em itálico, o termo ibidem ou, de forma abreviada, Ibid., entre parênteses, abreviado para (Ibid.), partícula de língua latina, que significa o mesmo (autor e/ou obra).
- b) A partícula Ibid. indica que a citação foi retirada do mesmo autor (indicado pelo apelido), na mesma obra (indicada pelo ano) e na mesma página (indicada por um número); a expressão Ibid: 24 refere que a citação foi retirada do mesmo autor, mesma obra e de página diferente.
- c) Quando se trata-se do mesmo autor em outra obra, logo com outra data, é usado (Ibid.: número da outra data).
- d) Outras expressões latinas, como a partícula idem, podem, também, ser usadas para a referência a mesmo autor e/ou mesma obra. Idem significa o mesmo autor e a mesma página, ou igual ao anterior; o termo latino opus cit., significa obra citada anteriormente.

O ISRI adopta o termo ibidem, abreviado para Ibid., para a referência da mesma obra e página diferente; idem para referência da mesma obra e mesma página, segundo indicado acima.

9.Citação de Autor com Obras Publicadas no mesmo Ano ou em Anos Diferentes

- a) Para o caso de **obras do mesmo autor publicadas no mesmo ano**, a primeira obra recebe a data acrescida de um (a), por exemplo para o ano 2000, (2000a), a segunda obra recebe a mesma data acrescida da letra (b), (2000b), e assim sucessivamente. Deve-se ter o cuidado para não confundir as obras no texto.
- b) Para o caso de **obras do mesmo autor publicadas em anos diferentes**, a primeira a ser referenciada é o ano com o cardinal mais baixo, veja Baptista Lundin (2000) e Baptista Lundin (2001).

10. Citação de TCL, DM e de Teses

- a) A citação de TCL, DM e Teses obedece às mesmas regras que a de livros, artigos de um livro ou artigo de uma revista.
- b) A citação textual curta, para a retenção, em duas ou três alíneas, de um conceito ou de dados, bem como a citação textual longa, com o propósito da ilustração do posicionamento teórico de um autor, implicam a referência à fonte, como apresentada no art.14.1 e 2 e 3 .
- c) Para a referência da citação da citação, deve-se respeitar o prescrito no art. 14.6

d) Os TCL, DM e Teses citados, são referenciados na página relativa à bibliografia, iniciando-se, de conformidade com os exemplos abaixo, o nome do autor, ano, o título do trabalho em itálico, o grau académico e a especialidade obtidos com a pesquisa consultada, cidade e o nome da Universidade onde ocorreu a defesa :

- MATUSSE, António (1999), *O pluralismo e a Afirmação das ONG's como Actores das Relações Internacionais* (Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Relações Internacionais e Diplomacia), Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais
- GOMES, Aura R. (2001), *A questão da Palestina e a Fundação de Israel* (Dissertação de Mestrado em Ciência Política), São Paulo, Departamento de Ciência Política-Universidade de São Paulo
- MAGODE, José (2003), *Pouvoir et réseaux sociaux au Mozambique, Appartenances, interactivité du social e du politique, 1933-92* (Thèse de Doctorat en Science Politique), Lyon, Université Lumière Lyon 2

11. Citação de uma Entrevista

- a) A citação de uma entrevista deve, quando textual, ser apresentada entre aspas. Não sendo textual, deve-se mencionar a fonte, indicando-se, em nota de rodapé, o nome do entrevistado e a data.
- b) Na página relativa à bibliografia, deve-se indicar, em ordem alfabética, todas as fontes primárias, registando-se, como mostram os exemplos abaixo, o nome de todos os entrevistados, a sua categoria, a data, e o local onde a entrevista teve lugar.

Lista de Pessoas Entrevistadas

- GASPAR, António - Chefe do Departamento de Paz e Segurança do CEEI, entrevistado em 12 de março de 2004, em Maputo.
- JOSÉ, Patrício - Docente de Direito Constitucional no ISRI, entrevistado em 10 de fevereiro de 2004, em Maputo.
- PACHECO, José - Governador de Cabo Delgado, entrevistado em 10 de dezembro de 2003, em Pemba.
- c) O entrevistado pode solicitar o anonimato. Deve-se, nesta caso, efectuar a referência à fonte da ideia, ou de dados, sem, entretanto, comprometer a pessoa em questão. Pode-se, por exemplo, fazer alusão ao entrevistado em termos indefinidos, como, por exemplo :
- Um Funcionário graduado do sector privado, especialista na área de macro economia, entrevistado em 10 de Novembro de 2003, em Maputo.

- Um funcionário graduado do Ministério do Plano e Finanças, especialista em Finanças Públicas, entrevistado em 15 de Novembro de 2003, na Beira.

12. Citações de Páginas, Portais ou “Web-Sites” (Internet)

- Estas citações seguem, como figura do art. 14.1, 2, 3 e 4, o mesmo princípio de citações de livros, artigos de livros ou de revistas. No caso de citação de fontes consultadas em algum Web-Site, regista-se, na página do TCL, ou DM, em que ocorrer a citação, o nome do autor, ano página, seguindo-se a criação de uma nota de rodapé, em que se deve fazer menção dos demais dados relativos ao documento, como, por exemplo, a seguir se ilustra : Segundo E.L. da Silva e E. M. Meneses (2001 : 14)⁸, na base de dados empíricos obtidos em diferentes Universidades, os passos da problematização teórico-conceptual não são uniformes (.....).
- Para a citação de textos cujo autor não seja o portal consultado, indica-se o nome do autor, ano e página/s.
- Na bibliografia indica-se o portal e a data de acesso, conforme o exemplo abaixo.

<http://projetos.inf.ufsc.br> é a página da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste portal pode ser consultada a obra Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação, das autoras Edna Lúcia da Silva e Estera Muskat Menezes, publicada por esta Universidade no ano 2001. Na página reservada à bibliografia regista-se esta fonte do modo seguinte :

Da Silva, E.L. e Muskat Menezes, E. (2001), Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina: Santa Catarina,
<http://www.projetos.inf.ufsc.br>, Consultado em 7 de Junho de 2010.

- Quando se consulta uma obra em que conste o autor da mesma, mas sem a especificação da data da sua publicação, deve-se ter o cuidado de se indicar o portal consultado, com a referência, no fim, (s/d), que significa sem data .
- Para as citações de textos em que o portal consultado é o autor, indica-se, na nota de rodapé, a data de acesso ao portal, como mostra o exemplo a seguir.

[...] As millions around the globe celebrate World Environment Day, United Nations officials are warning that the incredible variety of life on Earth is in peril and urging everyone to speak out to protect biodiversity. Rwanda, which is home to over 50 threatened species, is the global host for this year's celebrations, which will culminate on

⁸ *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, Universidade Federal de Santa Catarina: Santa Catarina, <http://www.projetos.inf.ufsc.br>, Consultado em 7 de Junho de 2010.

Saturday with a ceremony at which high-profile figures such as President Paul Kagame and Hollywood actor Don Cheadle will have the honour of naming baby gorillas.
(www.un.org)

e)Na bibliografia, os textos de portais electrónicos são representados de modo seguinte :
www.un.org (2010) World Environment Day. Consultado em 7 de Junho de 2010.

CAPÍTULO XIV

DA RELAÇÃO ENTRE OUTLINE, TCL E DM

ARTIGO 15

(CONTEÚDO DO OUTLINE)

1) Outline e tipos de TCL e DM

a)O projecto de trabalho, ou *outline*, constitui uma referência por que se identifica a orientação básica do TCL, ou da DM. Os recursos metodológicos relacionados com o objecto do estudo são aduzidos por forma a validar-se as hipóteses de trabalho, produzindo uma explicação epistemologicamente relevante (tese), a ser defendida perante um júri constituído no ISRI.⁹.

b) O outline constitui referência indicativa do tipo de TCL, ou de DM, que o candidato assume como desafio académico. Podendo sugerir um estudo teórico, um estudo crítico alicerçado em dados teóricos e empíricos, o outline define o roteiro da pesquisa. Esta poderá comportar a recolha de fontes primárias e se se tratar de um inquérito exaustivo, o tipo de amostra a ser explorada, os seus indicadores e parâmetros, o perfil social dos actores sociais por entrevistar. Todos estes recursos são relevantes para a apresentação, de forma coerente e sistemática, de ideias, factos e reflexões retidas de fontes primárias e secundárias.

c)Um projecto de trabalho de pesquisa bem elaborado constitui uma plataforma de apoio e para a formalização do projecto do TCL, ou da DM, junto da Divisão Científica do ISRI.

d)A elaboração do outline constitui um pré-momento de interacção entre o(a) candidato(a) e os elementos do sub-campo do saber em que a/o estudante pretende graduar-se: por um lado, o material necessário para a revisão da literatura, a sistematização de dados recolhidos das diferentes fontes secundárias, o delineamento da estrutura e da

9. Para o modelo do *outline* veja a ficha de leitura do ISRI.

Draft 2

metodologia do trabalho; e, por outro, a inscrição do projecto de TCL, ou da DM, num determinado campo epistemológico.

e) A estrutura do outline obedece a sequência a seguir indicada :

- O tema da pesquisa, delimitando-o no tempo e no espaço;
- A contextualização;
- A problematização das abordagens à luz do contexto;
- As questões de pesquisa
- Os objectivos que pretende alcançar;
- As hipóteses que pretendem validar;
- O quadro teórico e ao redor dos pressupostos de explicação do objecto de estudo;
- A metodologia a ser usada, com os métodos e as técnicas que usará para desenvolver o tema;
- Os resultados que pretende atingir;
- Finalmente o outline indica a bibliografia (a ser) consultada, prestando a atenção para o facto que toda a obra referenciada no outline tem que estar contida na bibliografia.

f) É fundamental que, a partir do projecto do trabalho, se mostre a coerência entre os elementos que guiarão o desenvolvimento do TCL ou da DM, nomeadamente :

- A justificativa,
- A problematização a partir da qual se formulam as questões de pesquisa e se legitima o objecto do estudo,
- Os objectivos e
- As hipóteses a serem validadas, ou contestadas, pela pesquisa,
- O quadro/marco teórico,

g) O conteúdo destas rubricas, a problematização a partir da qual se formulam as questões de pesquisa e se legitima o objecto do estudo, os objectivos e as hipóteses a serem validadas pela pesquisa, o quadro/marco teórico, deve estar de conformidade com a delimitação geográfica e temporal decidida pelo candidato(a) para o desenvolvimento do tema e com o contexto em que se baseia a justificativa do estudo.

Caixa 1 - Exemplos indicativos de congruência entre objectivos, hipóteses e quadro/marco teórico

Consoante o marco teórico escolhido, os objectivos e as hipóteses devem ser formulados congruentemente, e dispostos de maneira tal que possam ser alcançados e validadas, respectivamente.

Em Relações Internacionais e Diplomacia (Dougherty e Pfatzgraff Jr.: 2003), caso o

trabalho tenha como objectivo comprovar a mais valia do Estado minimalista para uma melhor governação rumo ao desenvolvimento, por exemplo, com hipóteses formuladas nesse sentido, o candidato deve buscar um marco teórico que tenha proposições a conduzir o pensamento nesta direcção. Tal marco teórico estará contido no paradigma Neoliberal.

Caso o objectivo esteja ligado a discutir sobre as ajudas externas que, por hipótese, não conduzem ao desenvolvimento sustentável, entendendo por sustentável um processo que possa conduzir ao gradativo caminhar por pernas próprias, “uma ajuda para gradativamente não mais se precisar mais de ajudas”, com hipóteses formuladas para validar esta tese, o marco teórico estará contido no paradigma do Desenvolvimento Dependente.

Em Administração Pública (Chiavenato 2004), caso o candidato queira problematizar a maior validade para a administração estatal descentralizada, com hipóteses formuladas em congruência com este objectivo, o marco teórico Neoclássico é a mais valia para tal.

Para atingir objectivos que ressaltam o factor humano como primordial para a reforma do sector público, por exemplo, com hipóteses formuladas nesta direcção, o quadro teórico deve estar contido ou ser encontrado no marco teórico das Relações Humanas.

CAPÍTULO XV

DA ESTRUTURA DO TCL E DA DM

ARTIGO 16

(ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO TCL E DA DM)

1. O conteúdo propriamente dito do TCL e da DM é apresentado em diferentes capítulos. Para melhor sistematização, o TCL e a DM deve ser dividida em partes, ou seja:

- A primeira parte deve ser a introdução;
- A segunda parte deve ser o ponto de partida teórico-conceptual;
- A terceira parte é concorrente ao desenvolvimento do trabalho propriamente dito, com a apresentação do material empírico e sua leitura analítica, conduzindo à circunscrição da explicação do objecto, os problemas do subcampo ou de terceiro, a uma determinada visão epistemológica.

- A quarta parte deve ser a apresentação das generalizações, sobre a problemática, os objectivos por alcançar e as hipóteses que se pretendia validar, apresentadas em forma de conclusões, recomendações, etc.

CAPÍTULO XVI DA INTRODUÇÃO DO TCL E DA DM

ARTIGO 17

(ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA INTRODUÇÃO)

1.A introdução representa o espaço onde o candidato explica o que pretende fazer, por que fazer e como fazer a pesquisa. O proponente da pesquisa apresenta os elementos essenciais do TCL e da DM, devendo, em consequência, explicitar por que escolheu o tema, quais são os objectivos.

2.A introdução do TCL e da DM, geralmente, se compõe de aspectos seguintes, justificáveis pela avaliação do saber sobre o objecto :

a) **Tema** e a sua delimitação no tempo e no espaço;

b) **Justificativa** : À luz do contexto económico, político, social e da dinâmica do debate teórico-conceptual sobre o tópico em análise, explicam-se as razões de ordem teórica e prática que justificam a pesquisa. Noutros termos, deve-se responder à pergunta “por que se deseja fazer a pesquisa? O argumento deverá basear-se na exploração de algum défice ou da ineeficácia explicativa do saber disponível face à reconfiguração de um determinado fenómeno social, político ou económico. São, do mesmo modo, em linhas gerais, aduzidas as expectativas que se esperam e a relevância do estudo, no novo contexto. Os aspectos a considerar na justificativa podem ser os seguintes : o contexto e evidências empíricas justificativas do estudo e apresentação das razões em defesa do estudo; explicação dos motivos que justificam a pesquisa nos planos teórico e prático, considerando as possíveis contribuições do estudo para o conhecimento humano e para a solução do problema em questão; fundamentação da viabilidade da execução da proposta do estudo; referência aos possíveis aspectos inovadores do trabalho, tendo como referência a nova metodologia e/ou abordagem teórica aplicada. Em geral, a justificativa deveria ter, no máximo, uma a duas páginas e não inclui citações. A justificativa é pessoal.

c) **Problematização** : O acto de problematizar algo, em ciências sociais, possibilita a definição do problema objecto de estudo, como fenómeno com características próprias, no espaço e no tempo; a delimitação do problema-objecto de estudo decorre da crítica sobre

o legado teórico e conceptual de um determinado sub-campo do saber. Problematizar significa manifestar, à luz de uma evidência empírica, um questionamento, uma atitude céptica face às crenças e conclusões científicas, no tempo no espaço.

Este exercício pode ser uma consequência ou da observação/inter-acção com segmentos sociais objecto do estudo; ou da amostra de dados relativos ao fenómeno que pretende estudar, identificando, para posterior comparação, os seus modelos e o seu impacto no sistema político; ou, ainda, da revisão da literatura (pesquisas anteriores, livros, documentos, revistas, jornais, etc.), orientada para identificação das abordagens teóricas, seus contributos e limitações, para, nesta base, formular-se, de forma fundamentada, as questões orientadoras da pesquisa.

d) Objectivos gerais e específicos

Os objectivos da pesquisa, em TCL e DM, ou em outros estudos científicos, emanam do questionamento efectuado na problematização. Os objectivos são tipificáveis em:

- Objectivos gerais : Definem, de modo geral, o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa. Para a indicação de um objectivo geral, recorre-se, numa pesquisa exploratória, a verbos tais como conhecer, identificar, levantar e descobrir, ou a outros; em pesquisa descriptiva, os verbos caracterizar, descrever, etc; em pesquisa explicativa, os verbos analizar, valiar, explicar, etc.
- Objectivos específicos: Há uma relação hierárquica entre os objectivos gerais e específicos. Estes últimos, os objectivos específicos, definem etapas que devem ser cumpridas para se alcançar o objectivo geral.

A formulação de objectivos gerais e específicos deve ser feita respeitando-se as seguintes regras: cada objectivo deve ser formulado de forma clara, precisa e concisa; deve comportar apenas uma ideia, estruturada com referência a um sujeito e a um complemento; deve referir-se apenas à pesquisa que se pretende realizar, evitando-se reflexões ou debates em torno de resultados do TCL ou da DM.

e) Questões de pesquisa: A formulação das questões de pesquisa permite, no quadro de diversos referenciais de explcação de um objecto de estudo, identificar novas hipóteses legitimadoras de um processo de pesquisa. Resultantes do debate crítico com os modos de pensar e de explcação com certa legitimidade científica, ou assumidos como ineficazes, das questões de pesquisa decorre a possibilidade justificável de formulação de hipóteses teóricas para (re)explcação do problema, com fundamento num processo de pesquisas para a sua validação. As ciências sociais referem-se à realidade e não ao ideal, ao que deve ser. Uma questão de pesquisa não pode estabelecer juízos de valor sobre o que é melhor ou pior, num determinado contexto social.

Draft 2

As questões de pesquisa devem referir-se a fenómenos observáveis, possíveis de verificação empírica; devem apresentar uma certa originalidade, não se devendo insistir em aspectos já conhecidos e estudados, salvo se forem incluídos novos enfoques ou pontos de vistas. As ciências sociais referem-se à realidade e não ao ideal, ao que deve ser. Uma questão de pesquisa não pode estabelecer juízos de valor sobre o que é melhor ou pior, num determinado contexto social.

As questões de pesquisa cabe, portanto, um papel fundamental. Elas vão, por um lado, orientar o desenvolvimento do trabalho, participando da configuração das hipóteses de trabalho e, por outro, servem de factor indicativo :

- De leituras de fontes secundárias que devem ser consultadas por forma a constituir-se o corpo teórico-conceptual para a identificação de respostas satisfatória para as questões formuladas;
- De um questionário sobre fontes primárias relevantes, aduzindo recursos com mais valia para se explicar o que se considera explicado de forma insuficiente ou errada, na perspectiva de se produzir uma nova perspectiva sobre o objecto do estudo;
- Da necessidade de recolha de opiniões de diferentes grupos sociais, através de pessoas consideradas como representativas de um todo, e/ou de personalidades abalizadas¹⁰ no assunto ora sujeito à pesquisa;
- Do modo como o candidato à Licenciatura, ou ao Mestrado, irá estruturar o TCL a DM em capítulos e sub-capítulos, para formular uma explicação teórico-empírica global e coerente sobre o objecto de estudo.

f) Hipóteses

As hipóteses são proposições de respostas à questões central e específicas da pesquisa e necessitam, por conseguinte de ser validadas, ou refutadas. Estabelecendo uma relação significativa entre os factos observados, elas projectam o debate teórico, a premissa de interpretação-explicação dos mesmos e os procedimentos da pesquisa necessários para o efeito.

Podendo ser formuladas como hipóteses de trabalho (empírico) ou como hipóteses teórico-conceptuais, estas são classificáveis em função do modo da operacionalização do debate teórico-conceptual. Assim, podem-se identificar os seguintes tipos de hipóteses:

10. Note que no questionário o primeiro bloco é sempre o da identificação pessoal, onde se busca conhecer os dados pessoais do entrevistado quanto o que for pertinente para o trabalho.

Draft 2

- Hipóteses independentes : distinguem-se por aglutinar em si a função de hipótese de controlo e de hipótese por testar. Como proposição explicativa, estabelecem, portanto, a explicação causa-efeito sobre um determinado fenómeno de uma maneira autónoma.
- Hipóteses que se baseiam na articulação lógica a partir da correlação empírica de factos/fenómenos observados, cuja validação, através de uma pesquisa empírica, permitirá a identificação das semelhanças e diferenças. Havendo a combinação de três hipóteses, uma será de controlo e as restantes duas, hipóteses variáveis.
- Hipóteses fundamentadas na correlação de modelos teóricos de explicação (ou analíticos). Estas implicam a formulação de relações entre as variáveis analíticas, para mostrar as fragilidades de uma e a pertinência dos argumentos da outra. Neste caso, a pesquisa qualitativa deve justificar a hipótese e a teoria explicativa proposta.

A formulação das hipóteses deve ser feita de forma clara e precisa, devendo-se distinguir as variáveis independentes das dependentes. Deve-se, de igual modo, fazer referência à sua contribuição teórica para a elucidação do objecto de estudo. No caso de a pesquisa alicerçar-se em hipótese multi-variáveis, é necessário especificar o modelo hipotético e a inter-relação das variáveis que serão testadas.

g)Marco, Quadro ou Referencial Teórico

A discussão de conceitos e teorias sobre o objecto de estudo é fundamental. Esta deve desembocar na escolha de teorias mais adequadas para a compreensão/explcação do objecto, consubstanciada num modelo teórico a ser aplicado na pesquisa.

O marco, ou quadro teórico de referência, é, portanto, o elemento central que direciona o TCL ou a DM.¹¹; representa a perspectiva assumida como ferramenta para a explicação do objecto que justifica a pesquisa. É por esta perspectiva que se vai orientar o desenvolvimento das ideias, numa cadeia de raciocínio pessoal do candidato/pesquisador.

O quadro teórico é introduzido na respectiva rubrica através de proposições coerentemente articuladas, para a leitura analítica do tema, à luz de hipóteses por comprovar através da pesquisa. Explica-se o contexto em que este marco teórico se

11. Como informação adicional para complementar essas “Directivas”, Merton (1968) propõe “pesquisa primeiro e depois a elaboração de uma teoria”, o que se recomenda, a longo prazo, para qualquer pesquisador experimentado. Ainda que, nos dias de hoje, seja muito difícil um cientista ir ao terreno sem já ter na cabeça, ou ao redor do seu objecto de pesquisa, um paradigma a nortear seu pensamento e a guiar o que pretende fazer. Para mais informações teóricas metodológicas sobre estas duas metodologias, veja Popper (1961 e 1968), Merton (1968) e Reynolds (1971) citados em Frankfort-Nachmias e Nachmias (1996: 46-47).

trabalho, os constrangimentos encontrados no terreno, etc.

Como parte desse capítulo aparece o sub capítulo da resenha da literatura relevante para a melhor compreensão do tema, incluindo as obras congruentes com a delimitação temporal e geográfica.

No ISRI, para o TCL, não se faz a exigência de uso de fontes primárias, podendo o trabalho ser defendido somente com base em fontes secundárias. Para o DM, exige-se o uso de fontes secundárias e primárias.

As DM cuja elaboração se tenha fundado em fontes primárias, devem apresentá-las, na reservada à explicação da metodologia, sublinhando o que é importante para o desenvolvimento do tema. Resultado do material recolhido no terreno, segundo um número óptimo de acordo com a teoria de amostragem, as fontes primárias exigem a explicação d'A Realidade Encontrada do Terreno". A ilustração desta realidade, num ou mais capítulos, permite a compreensão do contexto determinado pela geografia e história, cultura, economia desse espaço. O objectivo dessa informação sobre a realidade do terreno, é inserir o desenvolvimento do tema de forma óptima, facilitando a comunicação das ideias do pesquisador e o diálogo entre o escritor e o leitor.

Para a DM trata-se, assim, de um novo capítulo. Nele deve estar contido a apresentação do material recolhido no terreno e a leitura analítica deste mesmo material, que vai ser dividida em capítulos cujos títulos e conteúdos serão sistematizados pelas questões de pesquisa que, por sua vez, guiaram a estrutura do questionário usado. Este material, recolhido em fontes primárias ou secundárias, vai perfazer o corpo do trabalho.

No caso de a DM basear-se em fontes primárias, recolhidas no terreno junto a grupos sociais representativos de um todo, deve-se clarificar a teoria de amostragem usada (a população escolhida, o tamanho da amostra, a identificação do terreno, etc.), com alguma problematização da mesma. Os resultados em números absolutos e percentuais desta pesquisa, assim como alguma diferenciação dos dados e seus resultados trabalhados com base em parâmetros que sejam pertinentes para o tema (como sexo, idade, grupo social, etc.) , devem fazer parte desse sub capítulo.

Deve-se fazer figurar nesse capítulo a apresentação do material recolhido no terreno, com a seguinte informação:

- A geografia, história, economia, etc., do terreno.
- O princípio usado para a recolha das fontes.

afirmou nas ciências, seus principais proponentes e como ele se consolida no mundo científico. Caso esse quadro teórico tenha sido objecto de alguma polémica no mundo científico, esta discussão deve também ser criticamente mencionada pelo candidato, mostrando uma relação de empatia positiva ou negativa, em relação a este problema.

Segundo Popper (1968): “teoria” primeiro e, depois, a pesquisa. Considerando que os candidatos à Licenciatura ou Mestrado ainda não adquiriram as bases necessárias para elaborarem um marco teórico a partir do material empírico, esta recomendação é relevante. O princípio normativo de Popper (1968) envolve uma estratégia que pode ser simplificada em cinco estágios (Reynolds 1971: 140-141), aqui ajustada para o tipo de trabalho que normalmente se propõe para o TCL ou a DM, que ajuda o candidato a testar se o marco teórico escolhido é o (mais) apropriado para o que se propõe:¹²

- 1 Seleccionar um quadro ou marco teórico.
- 2 Desenhar uma proposta de trabalho, ou um outline, como plataforma para orientar os processos a serem desenvolvidos, ao redor deste marco teórico.
- 3 Seleccionar uma das proposições derivadas deste marco, para ser testada no contexto do seu trabalho.
- 4 Proceder à testagem da proposição. Podem ocorrer problemas nesta testagem. Estes podem decorrer das seguintes possibilidades : ou o marco teórico escolhido se apresenta não ser o mais apropriado ; ou a ligação entre objectivos e hipóteses com o marco teórico não foi devidamente optimizada ; ou o material empírico recolhido não é o mais apropriado.
- 5 Como solução, ou se busca novo material empírico para tornar possível a validação da proposição em questão, ou se escolhe outro marco teórico, ajustável ao conteúdo e a composição do outline.
- 6 Verificar, nesta base, a defensabilidade e validação de todas as proposições do marco teórico em questão.

O quadro teórico deve ser sempre problematizado, no desenvolvimento do TCL ou da DM. O ISRI recomenda, em vez do rigor proposto pelo classicismo, uma postura crítica quanto aos contextos em que os autores propõem os seus referenciais teóricos, e sobre se o material empírico que usaram nesse processo ainda se revela, total ou parcialmente importante, à luz do contexto do candidato/pesquisador do TCL ou da DM. Esta problematização tem que ser tal que não questione as bases centrais do marco teórico. Por a escolha do marco teórico ser livremente feita pelo candidato, este é, em princípio, o mais apropriado para o desenvolvimento do tema. Havendo a identificação de desajustamentos, o candidato deve escolher outro marco teórico, adequado aos seus objectivos.

12. Adaptado de Reynolds (1971: 140-144), citado por Frankfort-Nachmias e Nachmias (1996: 46).

O marco teórico pode, por vezes, combinar duas abordagens teóricas complementares, e que concorrem para o alcance dos objectivos e a validação das hipóteses do TCL ou da DM. O candidato deve, neste caso, ter o cuidado de verificar a complementaridade entre as abordagens propostas, por ser fundamental para a construção de um argumento coerente.

Para o TCL, o quadro teórico e o marco conceptual podem ser apresentados no capítulo da introdução. A “Discussão Conceptual”, em Dissertação de Mestrado, deve ser feita em capítulo próprio.

h)Metodologia

No quadro metodológico, o candidato apresenta o caminho que percorreu para a realização do TCL ou da DM, salientando os métodos e as técnicas usadas. Deve, outrossim, elucidar as razões da sua escolha e o contributo dos mesmos para o alcance dos objectivos definidos. O princípio, o valor, as limitações dos métodos e técnicas devem ser explícitas, na base da sua relevância para a discussão das fontes e dos recursos usados para a validação das hipóteses do TCL ou da DM.

A técnica documental torna necessária, sobretudo em DM, a apresentação de uma resenha bibliográfica relativa ao tema, fundada na leitura analítica das fontes secundárias. Explique-se, nesta resenha, como este tema é/foi interpretado ou problematizado por outros autores, dentro ou fora da geografia e/ou do horizonte temporal delimitado para o desenvolvimento do trabalho, e dentro ou fora do marco teórico escolhido para referência. Apresentam-se, no decorrer dessa resenha bibliográfica, os argumentos da escolha do marco teórico em questão, para o desenvolvimento do tema e do objecto de estudo, com referência ao contexto identificado.

Havendo, em TCL, o recurso a fontes primárias, sob a forma de entrevistas, o processo de recolha das mesmas deve ser explicado no capítulo da metodologia. As mesmas são usadas e referenciadas ao longo do desenvolvimento do tema, devidamente citadas, indicando seu papel para melhor se alcançar os objectivos e validar as hipóteses. A sua apresentação no corpo do TCL deve ser feita de conformidade com o preceituado no art. 14.

Para a DM apresenta-se como um capítulo a parte as “Considerações Metodológicas”, onde se introduz, e se discute problematizando, os métodos e as técnicas usados para o

- A pertinência das fontes para o que se propõe.
- A amostra diferenciada pelo que for pertinente ao trabalho, com os devidos parâmetros usados para sua identificação, a configuração do terreno, etc., caso se trate de resultados de inquéritos a grupos sociais que se pretende representativos de um todo.
- Os resultados alcançados e as bases das conclusões tiradas pela leitura analítica da amostra (ou dos dados).

i)Estrutura do Trabalho :

A estrutura, ou composição do trabalho, consiste na apresentação das diferentes partes do TCL, ou da DM, sob a forma capítulos. Deve-se referir, de forma sintética, em função das questões de pesquisa, objectivos e hipóteses, os aspectos abordados em cada capítulo.

CAPÍTULO XVII
DOS CAPÍTULOS SUBSEQUENTES À INTRODUÇÃO

ARTIGO 18

**(ANÁLISE/DISCUSSÃO DO MATERIAL EMPÍRICO E APRESENTAÇÃO DOS
RESULTADOS DA PESQUISA)**

1.O Quadro Conceptual :Depois do Marco Teórico, segue-se a apresentação e discussão do Quadro Conceptual, como um subcapítulo, explicando-se os conceitos-chave que dão corpo ao marco teórico e daqueles que são importantes para o desenvolvimento do tema. Deve-se, a este respeito, explicitar a definição operacional e/ou, por vezes, conceptual, adoptada para cada conceito para o desenvolvimento do tema específico e o seu campo de referência. O quadro conceptual é assim, uma revisão da literatura relevante no que diz respeito à leitura operacional e, por vezes, contextual, dos conceitos chaves.

Os conceitos são a ferramenta principal do pesquisador na área das ciências sociais e políticas, que adquirem sua expressão através de teorias que as norteiam. De facto, segundo Frankfort-Nachmias e Nachmias (1996: 47-48), a ciência tem início pela formação de conceitos para descrever o mundo empírico, e avança pela conexão desses conceitos em sistemas teóricos. Para o pesquisador, os conceitos permitem uma comunicação efectiva, introduzem um ponto de vista, funcionam como meio para possibilitar a classificação e a generalização das ideias, e servem, finalmente, para criar blocos de proposições, teorias e hipóteses (Ibid.: 26-28, 48).

Para o TCL e a DM, os conceitos-chave para o desenvolvimento do trabalho, identificáveis na sua problematização, estão imersos nos objectivos e são usados como variáveis para a formulação das hipóteses. São esses conceitos que dão corpo ao marco teórico. No TCL e na DM, o quadro conceptual introduz, portanto, o conjunto de conceitos-chave para o desenvolvimento do trabalho, indicando a sua pertinência lógica segundo o marco teórico que se elegeu para o efeito.

Na leitura operacional e, por vezes, contextual dos conceitos-chave, usam-se fontes secundárias, podendo o candidato recorrer, também, a fontes primárias devidamente referenciadas.

Baseado na revisão da bibliografia, o candidato faz a escolha de conceitos para o desenvolvimento do trabalho, indicando, ainda, a razão da sua preferência e para a consequente “exclusão” das outras definições.

Por vezes; e consoante o que se pretende, também se torna necessário a discussão de conceitos secundários em relação ao desenvolvimento do tema, quando estes podem ser, ou são, operacionalizados de maneira diferentes, por autores importantes, usados no decorrer do trabalho. Quando isto acontece, deve ficar claro a razão desta leitura adicional.

2. Desenvolvimento : Os capítulos seguintes são destinados à análise de dados e de materiais, incluindo uma apropriada aplicação de conceitos, teorias e métodos apropriados para a abordagem do problema da pesquisa. A discussão e a demonstração das fragilidades e ineficiência explicativa do saber sobre o problema-objecto, apresenta como recurso para se justificar o modelo teórico adoptado. Estruturam-se, assim, os capítulos do desenvolvimento da leitura analítica dos dados empíricos para se validar as hipóteses formuladas, tomando como base as questões de pesquisa.

O tratamento do material empírico para alcançar os objectivos e validar as hipóteses constitui o desenvolvimento do tema propriamente dito, devendo-se, em cada capítulo, formular um título direcionado para se alcançar os resultados preconizados. Cada questão de pesquisa, formulada para se alcançar os objectivos e se validar as hipóteses, será usada de forma indicativa para a atribuição dos títulos/rubricas e do conteúdo para o seu desenvolvimento. O material que se apurou em cada bloco do questionário pode ajudar a formular os conteúdos de cada capítulo.

O processo que se segue é uma leitura analítica circunstanciada da realidade empírica através das fontes primárias e secundárias devidamente citadas, para a estruturação desses capítulos, através de um raciocínio lógico desenvolvido ao longo dos objectivos e hipóteses formulados.

3. Conclusão (ou Considerações Finais)

Nas generalizações finais, inverte-se a estrutura da introdução, ou seja, indica-se que se alcançou e se validou o que se pretendeu alcançar e validar. Num discurso directo, sem citar fontes, o candidato resume o que disse nos diferentes capítulos e sub-capítulos, indicando que alcançou cada objectivo e assim validou cada hipótese.

A mais valia do marco teórico e da metodologia também deve ser ressaltada de forma sumária nesse processo académico de formulação de uma tese, com a identificação do problema; da antítese, com o desenvolvimento da problematização do tema em capítulos; e da síntese, com a resenha dos resultados alcançados.

Em suma, apresenta-se neste capítulo final a evidência de que se alcançou os resultados preconizados e se validou as hipóteses formuladas, devendo-se ter o cuidado de se expôr uma síntese-argumento como suporte das conclusões, nomeadamente : (i) questões e modos antitéticos da sua abordagem, identificadas no capítulo introdutório, e os argumentos de suporte ao/s modelo/s teórico/s de explicação; (ii) a demonstração da eficácia explicativa do/s modelo/s teórico/s às questões da pesquisa.

4. Recomendações

Os objectos de estudo dos TCL e das DM, pela sua natureza, podem, uma vez apresentas as conclusões da pesquisa, requer uma proposta de recomendações. Trata-se de um estudo, não apenas teórico como, também, aplicado. O autor deve, neste caso, proceder à listagem de recomendações para uma abordagem inovadora de problemas identificados, na esfera económica, política ou cultural.

CAPÍTULO XVIII

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

ARTIGO 19

(COMPOSIÇÃO)

1. Elementos pós-textuais :

As secção de elementos pós-textuais é constituída, por um lado, pela subsecção da bibliografia, entrevistas, livros, artigos de livros, artigos de revistas, artigos de imprensa escrita, documentos electrónicos e, por outro, a subsecção de apêndices, nomeadamente as cópias de instrumentos de pesquisa, questionários, roteiros de entrevistas, fotografias, mapas e ilustrações e o glossário com a definição dos conceitos problemáticos.

2.BIBLIOGRAFIA

A bibliografia é o conjunto de fontes lidas, ou citadas, textualmente ou não, concorrendo, deste modo, para a conclusão do TFC ou a DM. Estes materiais são todos arrolados em secção própria, a da bibliografia, devendo antes ser tipificada. As fontes consultadas são classificadas como fontes primárias, sob a forma de entrevistas ou de documentos inéditos, importantes pela relevância como informação de primeira mão para o desenvolvimento do tema ou do problema, no plano teórico, metodológico ou temático, no tempo ou no espaço ; como fontes secundárias, sob a forma de informação de segunda mão, relevante para o desenvolvimento do trabalho, no plano teórico e metodológico.

À luz do modelo em uso no ISRI para a apresentação da bibliografia, esta deve ser classificada e apresentada do seguinte modo:

a) Livros

•Publicação de um autor em uma única editora

A referência é feita pelo apelido do autor, seguido do primeiro nome, excepto quando o autor é uma instituição, organização, associação que tenha produzido a obra. O primeiro nome do autor pode ser escrito por extenso e os outros nomes em iniciais, ou indicadas somente todas as iniciais para todos os nomes. Assim, os elementos a serem referenciados, são, segundo a sequência, os seguintes :

Apelido em negrito e nome do autor; ano de publicação entre parêntesis; título da obra em itálico; nome da editora e local da publicação.

Gramsci, A. (1971), *Selections from Prison Notebooks*, Lawrence and Wishart Limited: London.

•Publicação com mais de uma casa editora

Quando a obra é publicada simultaneamente, por mais de uma casa editora, a referência é apresentada, conforme se mostra a seguir, como Burton (1990). Se a edição é feita em associação de duas editoras, a referência é, como se ilustra abaixo, como Kaldor (1999). No caso de a obra ser publicada pela mesma casa editora mas em dois locais diferentes, a referência aparece na bibliografia como Friedman (1992), como se indica *infra*.

Burton, J. (1990), *Conflict: Resolution and prevention*, Macmillan Press Ltd: Hampshire and London; St. Martins, Inc: New York

Kaldor, M. (1999), *New & Old Wars – Organised violence in a global era*, Polity Press: Cambridge in Association with Blackwell Publishers Ltd: Oxford.

Friedman, J. (1992), *Empowerment – The politics and alternative development*, Blackwell Publishers: Cambridge, Massachusetts and Oxford: United Kingdom.

•**Obra reeditada**

Quando a obra é reeditada, aparecem, como se indica abaixo, as duas datas: a data da primeira publicação primeiro e a data da publicação consultada em segundo.

Castell, M. (1997/1999), *The Power of Identity, The Information Age: Economy, Society and Culture* (Volume II), Backwell Publishers Inc: Massachussets and Blackwell Publishers Ltd: Oxford.

•**Obra de mais de um autor**

A referência é apresentada, segundo o exemplo abaixo, como Bogdan and Taylor (1975). O primeiro autor é indicado pelo apelido seguido do nome; todos os outros autores são indicados primeiro pelo nome seguido do apelido. A obra de mais de dois autores pode também ser apresentada somente com o apelido e nome do primeiro autor seguido pela expressão *et al.*, que significa, em latim, *outros*, devendo, por ser uma expressão em língua estrangeira, ser escrita em itálico.

Exemplo: **Bogdan, R. and S. J. Taylor** (1975), *Introduction to Qualitative Research Methods: A phenomenological approach to the social sciences*, John Wiley and Sons: New York.

Exemplo :**Baptista Lundin, I. et al.**, “Reducing Costs Through an Expensive Exercise: The impact of demobilisation in Mozambique”, Kingma (ed.) (2000), *Demobilisation in Sub-Saharan Africa – The development and security impacts*, Macmillan Press Ltd: London, 173-212.

•**Parte/capítulo de livro, colectânea de artigos, etc.**

O trabalho de um autor como artigo/capítulo de um livro, é citado como Hettne (1996) como consta abaixo. Regista-se, sucessivamente, o apelido e o nome do autor em negrito, ano da publicação entre parêntesis, título do artigo entre aspas; apelido e nome do/s editor/es da obra, devendo-se indicar, entre parêntesis (editor/es), seguido de título da obra em itálico, nome da editora, local(ou cidade) e, enfim, as páginas onde o artigo está inserido na obra.

Exemplo: **Hettne, B.** (1996), “Ethnicity and Development: An elusive relationship”, Dwyer and Drakakis-Smith (eds.), *Ethnicity and Development – Geographical Perspectives*, Jowh Wiley & Sons: New York, 15-44.

•**Livro de autor/editor**

Exemplo: **Calhoun, C.** (ed.) (1994), *Social Theory and the Politics of Identity*, Blackwell: Oxford.

b) Artigo de revista científica

O **artigo de revista científica** é apresentado, registando-se, de forma sequenciada, os seguintes dados : O apelido e nome do autor; ano de publicação; título do artigo entre aspas; nome da revista em itálico; volume da revista; número e as páginas correspondentes ao artigo.

Exemplo: **Meillassoux, C.** (1972), "From Reproduction to Production", *Economy and Society*, Vol. 1, No. 1, 93-105.

c) Artigo de Jornal

O artigo de jornal é referenciado, pelo registo, de forma sequenciada, dos seguintes dados: Apelido e nome autor; ano de publicação; título do artigo entre aspas; nome do jornal em itálico; Edição nº e data da publicação; página do artigo.

Exemplo: **SERRA, Carlos Jr.**, "A cidade e o automóvel", *O País*, Edição nº833, 12 de Outubro de 2010, p. 12

d) Publicações Oficiais

Para o caso de Moçambique, trata-se principalmente, do Boletim da República.

•**Boletim da República**

A publicação oficial, como o Boletim da República, vem indicado por série, e número, também como indicado abaixo.

Exemplo: **Boletim da República** (1997) Lei de Terras - 19/97, de 1 de Outubro de 1997. I Série, Número 40. Publicação Oficial da República de Moçambique: Maputo.

•**Referência de Textos não Publicados**

Textos não publicados, são apresentados por várias instituições do Estado ou Não-Governamentais, como se ilustra abaixo

Exemplo: **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** (2001) Sumário Executivo – Preparativo para a Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial,

Xenofobia e Intolerância; a ter lugar em Durban, 31 de Agosto a 07 de Setembro de 2001. Maputo. (Mimeo).

e) Relatórios

Trabalhos institucionais são apresentados, registando-se, de forma sequenciada, como se mostra abaixo, os seguintes dados: nome da instituição, organização ou organismos, ano de publicação entre parêntesis, título do relatório em itálico, nome da editora e local de publicação - veja Instituto Nacional de Estatística (2000). A mesma técnica é usada para um Ministério, Conselho de Ministros, para os caso de instituições estatais, assim como para instituições/organizações/associações, etc., nacionais e estrangeiras, como a Organização das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, ou outras semelhantes.

Exemplo: **Instituto Nacional de Estatística** (2000), *Mulheres e Homens em Moçambique*, Artes Gráficas: Maputo.

•Trabalho institucional não formalmente publicado,

É apresentado pelo nome da instituição; ano; título do trabalho; local; e com a indicação (Mimeo) no fim da apresentação, como Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2001).

Exemplo: **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** (2001), *Sumário Executivo – Preparativo para a Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância*, Durban, 31 de Agosto a 07 de Setembro de 2001. Maputo. (Mimeo).

Exemplo: **de Brito, M. e E. Mussanhene** (1997), *Relatório de Integração de Desmobilizados* (Draft para discussão), Projecto “War Torn Societies”. Projecto WTS. UNRISD. Maputo. (Mimeo).

f) Portais ou Páginas da Internet

Para a obra ou autor consultado pela internet, não havendo uma contra-indicação, a referência é da página em questão. Caso tenha sido consultada a página do www.un.org, esta é a referência para a bibliografia. Normalmente, para o artigo em referência dentro do portal a página tem algum acréscimo, como, por exemplo, www.un.org/Depts/eca, que deve ser tomada como a referência. Se se apresentar explicitado o nome do autor, este deve fazer parte da referência, indicando-se, de seguida, o ano e os dados por que se identifica o portal consultado. Para a data de referência, usa-se a data que o portal foi colocado na internet caso nada seja dito em contrário.

Exemplo: Amoako, K. Y. (2000), *Opening Remarks. Workshop for Senior Policymakers on Poverty Reduction Strategies in Africa*, Addis Ababa, 9 March, www.un.org/Depts/eca. Consultado em 5 de Abril 2004.

G). Referência de Fontes Primárias

As referências devem vir separadamente, no fim do trabalho, depois das fontes secundárias, e devem ser apresentadas pelo apelido e nome do entrevistado, indicação da pertinência da entrevista, data e local geográfico onde a entrevista teve lugar, como indicado abaixo.

•Lista de Pessoas Entrevistadas

1. Gaspar, António - Chefe do Departamento de Paz e Segurança do CEEI, entrevistado em 12 de março de 2004, em Maputo.
2. Funcionário graduado do sector privado especialista na área de macro economia, entrevistado em 10 de Novembro de 2003, em Maputo.
3. José, Patrício - Docente de Direito Constitucional no ISRI, entrevistado em 10 de fevereiro de 2004, em Maputo.
4. Pacheco, José - Governador de Cabo Delgado, entrevistado em 10 de Dezembro de 2003, em Pemba.

CAPÍTULO XIX

DA SECÇÃO DE ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

ARTIGO 20

(Apresentação da Bibliografia)

1. A bibliografia, a ser apresentada em página(s) própria (s), deve, em conformidade com art. 19.2. ser classificada em diferentes tipos de documentos, nomeadamente:

- a) Livros;
- b) Artigos de revistas;
- c) Artigos de Jornais;
- d) Publicações Oficiais
- e) Relatórios
- f) Portais ou Páginas da Internet
- g) Fontes Primárias.

2. Classificados os materiais consultados para o TCL ou DM, estes devem ser registados, em ordem alfabética de A-Z, como indicado abaixo.
3. A indicação, na referência, de um autor com mais de uma obra, é feita por ordem cronológica, ou seja, o ano mais baixo vem primeiro que o mais alto, como, por exemplo, Baptista Lundin (2000) e (2001).

4. Bibliografia

A) Livros

Baptista Lundin, I., "Reducing Costs through an Expensive Exercise: The impact of demobilisation in Mozambique", In: Kingma (ed.) (2000), *Demobilisation in Sub-Saharan Africa - the development and security impacts*, Macmillan Press Ltd: London, 173-212.

Baptista Lundin, I. (2001), *Reflections on the Dynamics of a Nation Building Process under Stress. The case of Mozambique 1993-1998, illustrated with five articles*, Choros 2, Kulturgeografiska Institutionen. Handelshögskolan vid Göteborgs Universitet: Göteborg.

Bogdan, R. and S. J. Taylor (1975), *Introduction to Qualitative Research Methods: A phenomenological approach to the social sciences*, John Wiley and Sons: New York.

Burton, J. (1990), *Conflict: Resolution and prevention*, Macmillan Press Ltd: Hampshire and London; St. Martins, Inc: New York.

Castell, M. (1997/1999), *The Power of Identity. Volume II, The Information Age: Economy, Society and Culture*, Blackwell Publishers Inc: Massachusetts and Blackwell Publishers Ltd: Oxford.

Chiavenato, I. (2004), *Introdução à Teoria Geral da Administração* (7a Edição Totalmente Revista e Actualizada), Elsevier Editora Ltda.: Rio de Janeiro.

Dougherty, J.E., R.L. Pfaltzgraff Jr. (2003), *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto – Um Estudo Retalhado*, Gradiva Publicações Lda.: Lisboa.

Frankfort-Nachmias C., D. Nachmias (1996), *Research Methods in the Social Sciences*, Fifth Edition, Arnold: London.

Friedman, J. (1992), *Empowerment – The politics of alternative development*, Blackwell Publishers: Cambridge, Massachusetts and Oxford, United Kingdom.

Gramsci, A. (1971), *Selections from Prison Notebooks*, Lawrence and Wishart Limited: London.

Hettne, B. (1996), *Ethnicity and Development: An elusive relationship*. Dwyer and Drakakis-Smith (eds.) *Ethnicity and Development - Geographical perspectives*, John Wiley & Sons: New York, 15-44.

Kaldor, M. (1999), *New & Old Wars – Organised violence in a global era*, Polity Press: Cambridge in Association with Blackwell Publishers Ltd: Oxford.

Magode, J.- Khan, A. (1996), "O Estado e a Questão nacional: um estudo sobre o caso Moçambicano", in Magode, J. (Editor), *Moçambique, Etnicidades, Nacionalismo e o Estado: Transição Inacabada*, CEEI-ISRI/Fundação Friedrich Herbert, Maputo

Merton, R. K. (1968), *Social Theory and Special Structure*, (Revised and Enlarged) Edition, Free Press: New York.

Popper, K. (1961), *The Logic of Scientific Discovery*, Science Editions: New York.

Popper, K. (1968), *Conjectures and refutations: The Growth of Scientific Knowledge*, Harper & Row: New York.

Reynolds, P.D. (1971), *A Primer in Theory Construction*, Macmillan: New York.

Taylor, S. J. and R. Bogdan (1975), *Introduction to Qualitative Research Methods: A phenomenological approach to the social sciences* (Second Edition), John Wiley and Sons: New York

B) Artigos de Revistas

Meillassoux, C. (1972), "From Reproduction to Production", *Economy and Society* Vol. 1, No. 1, 93-105.

C) Artigos de Jornais

SERRA, Carlos Jr., "A cidade e o automóvel", *O País*, Edição nº833, 12 de Outubro de 2010, p. 12

D) Publicações Oficiais

Boletim da República

A publicação oficial, como o Boletim da República, vem indicado por série, e número, também como indicado abaixo.

Boletim da República (1997), *Lei de Terras - 19/97*, de 1 de Outubro de 1997. I Série, Número 40. Publicação Oficial da República de Moçambique: Maputo.

Draft 2

Conselho de Ministros (1999), *Linhas de Ação para Erradicação da Pobreza Absoluta*, Maputo. (Mimeo).

Conselho de Ministros (2000), *A Articulação do Estado com as Autoridades Comunitárias*. Decreto 15/2000, de 25 de Junho de 2000.

Diogo, L. (2002), “Experiência e Desafios de Boa Governação em Moçambique”, in Rolim, Franco, Bolnick e Anderson (organizadores), *A Economia Contemporânea – Ensaios*, Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças: Moçambique, 5-14.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2001), *Sumário Executivo - Preparativo para a Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância*, Durban, 31 de Agosto a 07 de Setembro de 2001. Maputo. (Mimeo).

E) Relatórios

de Brito, M. e E. Mussanhene (1997), *Relatório de Integração de Desmobilizados* (Draft para discussão), Projecto “War Torn Societies”. Projecto WTS. UNRISD. Maputo. (Mimeo)..

Instituto Nacional de Estatística (2000), *Relatório. Mulheres e Homens em Moçambique*, Artes Gráficas: Maputo.

F) Portais da Internet

Amoako, K. Y. (2000), *Opening Remarks, Workshop for Senior Policymakers on Poverty Reduction Strategies in Africa*, Addis Ababa, 9 March, www.un.org/Depts/eca. Consultado em 5 de Abril de 2004.

G) Fontes Primárias

1. Gaspar, António - Chefe do Departamento de Paz e Segurança do CEEI, entrevistado em 12 de março de 2004, em Maputo.
2. Funcionário graduado do sector privado especialista na área de macro-economia, entrevistado em 10 de Novembro de 2003, em Maputo.
3. José, Patrício - Docente de Direito Constitucional no ISRI, entrevistado em 10 de fevereiro de 2004, em Maputo.

ARTIGO 25

(REVOGAÇÃO DO ANTERIOR REGULAMENTO)

São revogadas todas as disposições regulamentares anteriores que contrariem o presente regulamento.